

V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ASPECTOS ESTRUTURAIS DA PETIÇÃO INICIAL

Autor(es)

Bruno Gomes Pereira

Larissa Beatriz Guimaraes Alves

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ

Introdução

A Petição Inicial (PI) é um documento de suma importância no âmbito do Direito. Isso porque é o início de um processo judicial, por meio da qual o jurisdicionado expõe sua pretensão diante do juiz. Para que esse documento se torne claro, deve estar de acordo com critérios estabelecidos pelo Código do Processo Civil no que diz respeito à qualificação, estruturação e especificação deste (Brasil, 2015).

Diante disso, falar sobre a PI sob uma perspectiva linguística muito colabora para o entendimento funcional do referido gênero textual/discursivo. Portanto, este capítulo tem como objetivo caracterizar as escolhas léxico-gramaticais da PI, considerando a estrutura deste documento. Ao levarmos em consideração tais aspectos, estamos reconhecendo as especificidades linguístico-discursivas da PI, entendendo-a como instrumento de interação no meio jurídico (Brito; Castro; Pereira, 2015; Alves; Pereira, 2024; Pereira; Alves, 2024).

Objetivo

Caracterizar as escolhas léxico-gramaticais da Petição Inicial, considerando a estrutura deste gênero textual-discursivo

Material e Métodos

A metodologia é do tipo bibliográfico, pois consultamos diferentes autores de áreas distintas do saber humano. Portanto, esta tipologia metodológica caracteriza um processo de reconhecimento teórico a partir da sistematização dos textos selecionados para leitura. Com isso, nos convida a pensar para além do conceito, demandando do pesquisador um olhar crítico e reflexivo acerca do levantamento bibliográfico que fez (Lakatos; Marconi, 2013; Volpato, 2016).

Resultados e Discussão

Para que a Petição Inicial (PI) se torne clara, o documento deve estar de acordo com critérios estabelecidos pelo CPC (Brasil, 2015) no que diz respeito à qualificação, estruturação e especificação de cada elemento listado no quadro acima. Isso é previsto nos artigos n. 291, n. 293 e n. 319 do CPC (Brasil, 2015), que descrevem os requisitos a serem cumpridos para que uma PI seja aceita pelas instâncias, dentro do Poder Judiciário na qual é direcionada.

V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



No que compete à definição linguística, podemos entender a PI como um gênero textual/discursivo específico do meio jurídico, por meio do qual há a possibilidade de interação social entre diferentes enunciadores (advogado e juiz). Para isso, a PI faz uso de uma linguagem técnica, caracterizadora do meio em que opera, além de fazer escolhas léxico-gramaticais específicas da sua funcionalidade e aplicabilidade (Fávero; Koch, 2008; Koch, 2003).

Conclusão

Neste trabalho, apresentamos uma breve descrição da estrutura formal e linguística da PI. Para isso, identificamos alguns recursos léxico-gramaticais que costumeiramente aparecem na estrutura do referido gênero textual/discursivo. Dessa maneira, ao estabelecermos uma relação entre forma e conteúdo, apontamos a necessidade de uma escrita jurídica mais clara e objetiva, que ajuda na compreensão de diferentes tipos de enunciadores.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

ALVES, L. B. G.; PEREIRA, B. G. Caracterização Léxico-Gramatical 2. de Petições Iniciais: Captando sentidos a partir da estrutura linguística. 3. In: 27º Encontro de Atividades Científicas, 2024, Londrina. Anais do 27º Encontro de Atividades Científicas, 2024.

BRASIL. Código do Processo Civil: Lei no 13.105, de 16 de março de 2015. Senado Federal, 2015.

BRITO, L.; CASTRO, N. M. de; PEREIRA, B. G. Conectivos em petições iniciais: alguns apontamentos para análise. Interfaces Científicas Direito, v. 4, p. 45-52, 2015.

COSERIU, E. Gramática, semántica, universales estudios de la lingüística funcional. Madrid: Gredos, 1987.

FÁVERO, L. L. Coesão e Coerência Textuais. São Paulo: Ática, 1995.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. V. Linguística Textual: Introdução. São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, I. V. Desvendando os Segredos do Texto. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, I. V. O Texto e a Construção dos Sentidos. São Paulo: Contexto, 1998.